



**MUNICÍPIO DE
BOM JESUS**

"Trabalhando o presente, construindo o futuro!"
ADM 2025/2028

EDITAL

Pregão Eletrônico

PE 005/2026 - FME

2026



Digitally signed by ELI ALVES
Date: 2026.01.26 08:32:33 GMT-03:00
Reason: Arquivo assinado eletronicamente
Location: BR

EDITAL 00,0 DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – SRP - PROCESSO Nº 2026000382

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE GOIAS-GO, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ-MF 50.727.113/0001-61, com sede na Praça Sebastião Antônio de Oliveira nº 33. centro, representado neste ato pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que a prefeitura municipal, realizará licitação, para 0, conforme descrito no termo de referência, na forma eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da lei nº 14.133/2021, da lei complementar nº 123/2006, e das exigências estabelecidas neste edital e demais legislação, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	09h00min do dia 26/01/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO:	23h59min do dia 02/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09h00min do dia 05/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS SESSÃO PÚBLICA:	09h01min do dia 05/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR ESTIMADO	R\$ 1.789.810,50

1. DO OBJETO

- 1.1.** O presente objeto destina-se ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS E NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; CEMEIS, ESCOLAS PÚBLICAS, NACE E CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE GOIAS-GO**, pelo período de 12 meses, conforme

condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- 1.2. A licitação será regida conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. A participação neste Pregão está condicionada ao **cadastro e aprovação da inscrição do licitante** junto ao sistema eletrônico de licitações adotado: **Portal de Compras Públicas** – (conforme termos definidos no site da empresa em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor/>), em tempo hábil para ocorrer o cadastramento das propostas no sistema.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento realizado por meio de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado, devendo o custo de operacionalização e uso do sistema ficar a cargo do licitante, nos termos definidos na referida plataforma.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. Neste certame **não serão** reservadas cotas de até 25% do presente objeto ou itens exclusivos para ME/EPP/EQUIPARADAS, considerando o que preceitua o Art. 49, incisos II e III da LC 123/06, e as justificativas do Termo de Referência e Justificativas Complementares - Anexos I e II respectivamente.

- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as participantes ME/EPP/EQUIPARADAS, no que se refere ao empate ficto e à possibilidade de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista postergadas, nos limites previstos nos Arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e conforme disciplinado pelo Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021.

3.5.1. As empresas estrangeiras não farão jus ao tratamento diferenciado previsto na LC 123/06.

3.5.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 3.6. Não poderão disputar esta licitação: Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física;

3.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre

serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos da legislação e abrangência em vigor;

3.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. As pessoas jurídicas em processo de falência;

3.6.11. As empresas consorciadas em mais de um consórcio ou participando de um consórcio e também isoladamente, conforme inciso IV do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.12. Tipos societários não permitidos para atuar no ramo/objeto do certame.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o

preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 5.2.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 5.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicável em função do objeto licitado.
- 4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.1.** Em caso de itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, somente com a assinalação do campo será possível o prosseguimento no cadastramento de proposta no certame (considerando a total responsabilidade da participante nesta declaração, ciente da possibilidade de aplicação de sanções em caso de declaração falsa);
 - 5.4.2.** Para itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a não assinalação do referido campo produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definido para Abertura de Proposta, conforme consta no preâmbulo deste edital.
- 4.6.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances. Caso não ocorra a disponibilidade automática os documentos poderão serem solicitados através do e-mail do Pregoeiro, informado no chat.
- 4.8.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.8.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

- 5.8.2. Se disponibilizado, os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima,
- 4.9. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valores unitários e totais dos itens;
- 6.1.2. Marca e/ou Fabricante;
- 6.1.3. Descritivo do item ofertado (conforme edital);
- 6.1.4. Validade da Proposta (mínimo de 60 dias).
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses (sob sua responsabilidade).
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente (quando aplicável).
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, caso aplicável à sua atividade econômica.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido, e observando o que segue:
- 6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos

responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. Na data e horário supracitados a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, será aberta por comando do Pregoeiro com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 6.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.5. Será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante. Em caso de cotação de marcas e/ou serviços de fabricação do licitante, este deverá colocar como "própria".
 - 7.5.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.5.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 6.13. Neste processo licitatório, a disputa será cadastrada para 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 6.14. Será adotado para o envio de lances no Pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

ABERTO:

 - a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;
 - b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;
 - c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;
 - d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

- e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;
- f) Durante o envio de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutível;
- 6.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.23. Empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.24. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.
- 6.25. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.27. A **negociação** será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.28. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo **de até 02 (duas) horas, envie a proposta readequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, e **demais documentos complementares solicitados**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, podendo o referido prazo ser prorrogado a pedido da licitante.

- 6.29.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de fim do o prazo.
- 6.30.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.31.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço inexequível.
- 7.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, nos termos do artigo 59, III e §3º, da Lei Federal 14.133/2021.
- 7.4.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.4.1.** contiver vícios insanáveis;
 - 8.4.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.4.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.4.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.4.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.5.** A inexecuibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 8.5.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.5.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.6.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.8.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, como o somatório dos valores unitários com os valores totais.
- 7.9.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.11.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 7.12.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.14.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos aparelhos, tais como marca, modelo, tipo, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15.** O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo bem não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 7.16.** Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.17.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.18.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.19.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.20.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor
- 7.21.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.22.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.23.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1.** Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação através de convocação no chat da sessão (para envio em até duas horas), nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, juntamente com a proposta comercial readequada.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, resguardadas eventuais diferenças de exigências que deverão ser complementadas observando sempre as regras dispostas neste edital.

9.1.2. Não serão aceitos protocolos de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.1.3. Os documentos deverão ser apresentados com impressão apenas no anverso (frente) das folhas, não sendo aceitas quaisquer impressões no verso das folhas.

9.1.4. O descumprimento não será motivo de inabilitação do proponente.

9.1.5. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- ✓ Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
- ✓ Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- ✓ Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;
- ✓ Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- ✓ Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- ✓ Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (incluindo INSS), estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente;
- ✓ Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- ✓ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida em data não superior a 180 dias da data de abertura do certame.
- ✓ Poderão ser aceitas certidões positivas com efeito de negativas ou cujos débitos estejam judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa por decisão judicial,

QUANTO A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

- ✓ Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor ou Órgão equivalente, na sede da Pessoa Jurídica

QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ✓ Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado (s) ou certidão(ões) fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, com clara identificação de seu subscritor, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.
- ✓ Declarações contidas no Anexo III

8.2. Quando da participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Quando da participação de consórcio de empresas com exigência de habilitação técnica, a mesma será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, emitidos pela internet ou por cópia autenticada ou simples (sempre passível de diligência em caso de dúvidas).

- 8.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.8.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.** A exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 9.10.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.10.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação e/ou pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital,
- 8.13.** Os documentos do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação e que, após concluídos os procedimentos de que tratam os subitens anteriores, reste previamente habilitado, ficarão disponíveis para os participantes;
- 9.13.1.** O acesso à documentação disponível se dará através de solicitação por e-mail ao Pregoeiro(a), que será atendida assim que possível;
- 9.13.2.** Os documentos dos licitantes que tiveram suas propostas recusadas ou que restaram inabilitados, também poderão ser solicitados através de e-mail ao Pregoeiro(a).
- 8.14.** A comprovação da efetiva regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, devendo, porém, apresentarem toda a documentação exigida mesmo que a aqui citada apresente alguma restrição.
- 9.14.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, depois de declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação e a critério desta Prefeitura, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa;
- 9.14.2.** Este município reserva-se ao direito de poder verificar junto aos órgãos emissores

das respectivas certidões, tanto para a averiguação da veracidade destas, quanto para verificar a regularidade de alguma apresentada com restrição, procedendo a reemissão desta se possível.

9.14.3. A não regularização da documentação fiscal ou trabalhista, no prazo previsto, implicará na perda do direito à contratação e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital para a assinatura do Contrato, ou fracassar a licitação ou o(s) item(ns), conforme a situação se apresentar.

8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

10.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

10.7.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

10.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.

10.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

9.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

9.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observada a possibilidade de aplicação de penalidade, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto nos artigos no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, sendo disponibilizado o mesmo prazo de 3 (três) dias úteis, decorrido o prazo de recurso, para apresentação das contrarrazões de recurso;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo, em especial a documentação de habilitação e proposta das empresas, permanecerão com vista franqueada aos interessados para instrumentalização das peças recursais, devendo ser solicitado por e-mail quando não estiverem disponíveis no sistema.

10.10. Desde já, fica consignado, em função da desnecessidade de fundamentar a intenção de recurso, que em caso de registrar intenção e deixar de interpor a peça recursal ou interpor recurso com caráter com objetivo meramente PROTELATÓRIO, ficará o licitante que der causa a estes fatos, sujeito às seguintes sanções;

11.10.1. Advertência;

11.10.2. Multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado do(s) item(s) que intencionou o recurso.

11.10.3. A sanção de advertência poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.10.4. Para aplicação destas penalidades, será aberto processo administrativo, analisado por comissão específica, resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, catálogo ou ficha técnica; ou

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. Fraudar a licitação.

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

- 12.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado (ou dos itens participantes), recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Jesus de Goiás-GO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação,
- 12.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus de Goiás-GO.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no local de realização do certame (www.portaldecompraspublicas.com.br) nos campos específicos deste certame na plataforma.
- 13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação,
- 13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 14.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária arcada com recursos municipais, e em dotação própria do município, prevista para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

	Ficha	Dotação	Fonte	Valor estimado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	628	Manutenção da Secretaria de Educação 20260628.17.1701.12.361.0052.2104.339030.101	101	179.850,00
	621	Manutenção da merenda escolar - PNAE 20260621.17.1701.12.306.0251.2036.339030.115	115	152.654,00
	677	Manutenção de creches 20260677.17.1701.12.365.0122.2020.339030.101	101	168.309,00
	817	Manutenção do Ensino Fundamental 20260653.17.1701.12.361.0403.2040.339030.101	101	1.288.997,50
Valor total:			1.789.810,50	

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sites do Portal de Compras Públicas e desta Administração Municipal.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial Escrita

ANEXO III – Declarações

ANEXO IV – Modelo de Cadastro do Responsável pela assinatura da Ata SRP

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços

Bom Jesus de Goiás-GO, 23 de janeiro de 2026

GABRIEL TOMAS SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS E NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; CEMEIS, ESCOLAS PÚBLICAS, NACE E CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE GOIAS-GO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições contidas neste termo de referência.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	SUGESTÃO DE MARCAS
01	2.000	UN	AÇUCAR CRISTAL 5KG DERIVADO DA SACAROSE DE CANA DE AÇUCAR, NA COR BRANCA, DE RÁPIDA DISSOLUÇÃO. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COM PRAZO DE VALIDADE, PESANDO 5KG.	CRISTAL/TIO ADAL/VALE PARANAÍBA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
02	10.000	UN	ÁGUA MINERAL NATURAL 200ML POTÁVEL, PRÓPRIA PARA CONSUMO HUMANO, CAPTADA E ENVASADA NA FONTE, ISENTA DE IMPUREZAS, COR, SABOR OU ODOR ESTRANHOS. PRODUTO SEM ADIÇÃO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, DEVENDO ATENDER INTEGRALMENTE AOS PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE (ANVISA E ANM/DNPM). APRESENTADA EM EMBALAGEM DESCARTÁVEL DE 200 ML, CONFECCIONADA EM PET ATÓXICO, TRANSPARENTE OU LEVEMENTE TRANSLÚCIDO, DEVIDAMENTE LACRADA E INVIOLÁVEL, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O CONSUMO. A EMBALAGEM DEVE SER RESISTENTE E ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM, SEM TRINCAS, AMASSADOS OU QUALQUER DANO QUE COMPROMETA O PRODUTO. O RÓTULO DEVE CONTER: <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO "ÁGUA MINERAL NATURAL"; NOME E LOCALIZAÇÃO DA FONTE; COMPOSIÇÃO FÍSICO-QUÍMICA; NÚMERO DE REGISTRO NA ANM/DNPM; LOTE; DATA DE ENVASE E VALIDADE; CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE/ENVASADOR; ORIENTAÇÕES DE ARMAZENAMENTO. 	NATIVA/GOYA/TIALIA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE

			O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 3 (TRÊS) MESES, CONTADOS DA DATA DE RECEBIMENTO.	
03	400	UN	<p>ÁGUA MINERAL NATURAL 20L POTÁVEL, PRÓPRIA PARA CONSUMO HUMANO, CAPTADA DIRETAMENTE DE FONTE AUTORIZADA PELO DNPM/ANM, ENVASADA NA ORIGEM, ISENTA DE COR, SABOR OU ODOR ESTRANHOS, SEM ADIÇÃO DE QUALQUER SUBSTÂNCIA QUÍMICA. DEVE ATENDER INTEGRALMENTE AOS PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA ANVISA E DEMAIS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. EMBALADA EM GALÃO RETORNÁVEL DE 20 LITROS, FABRICADO EM POLICARBONATO OU PET ATÓXICO, RESISTENTE, HIGIENIZADO, LACRADO E ÍNTEGRO, LIVRE DE TRINCAS, VAZAMENTOS OU DEFORMAÇÕES. O LACRE DEVE SER INVOLÁVEL, EVIDENCIANDO ABERTURA. O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO DO PRODUTO; NOME E LOCALIZAÇÃO DA FONTE; NÚMERO DE REGISTRO NO DNPM/ANM; COMPOSIÇÃO FÍSICO-QUÍMICA; LOTE; DATA DE ENVASE E VALIDADE; CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE/ENVASADOR; INFORMAÇÕES SOBRE ARMAZENAMENTO. <p>O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 3 (TRÊS) MESES E DENTRO DOS PADRÕES DE SEGURANÇA E POTABILIDADE EXIGIDOS.</p>	NATIVA/GOYA/TIA LIA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
04	1000	UN	<p>AMIDO DE MILHO 500G EM PÓ, TIPO MAISENA, PRODUTO AMILÁCEO, EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA E PARASITOS, NÃO PODENDO APRESENTAR-SE ÚMIDO, FERMENTADO, RANÇOSO. PRODUTO INDUSTRIALIZADO, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, PÓ FINO, NA COR BRANCA, COM ODOR E SABOR PRÓPRIO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO LÍQUIDO COM 500G E COM PRAZO DE VALIDADE.</p>	MAISENA/SINHÁ/S ABORELLE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
05	10.000	UN	<p>ARROZ BRANCO 5KG POLIDO GRÃO LONGO, TIPO 1, DE PRIMEIRA QUALIDADE, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL E DE SAFRA CORRENTE.</p>	CRISTAL/BREJEIRO /GRÃO

			PRODUTO NATURAL, COMPOSTO 100% DE ARROZ AGULHINHA BRANCO, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. O PRODUTO DEVE APRESENTAR COR CARACTERÍSTICA BRANCA, TEXTURA FIRME, GRÃOS INTEIROS E NÃO QUEBRADOS. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DIFORMES (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 5KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COM PRAZO DE VALIDADE.	DOURADO/VASCO NCELLO IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
06	3.500	KG	BATATA INGLESA TUBÉRCULO FRESCO, ÍNTEGRO, FIRME, DE TAMANHO E FORMATO UNIFORME, SEM SINAIS DE BROTAÇÃO EXCESSIVA, PODRIDÃO, DANOS MECÂNICOS, MOFO, MANCHAS OU PRAGAS. A CASCA DEVE ESTAR LIMPA E SEM RESÍDUOS DE TERRA EM EXCESSO, APRESENTANDO COLORAÇÃO TÍPICA DA VARIEDADE (CLARA OU AMARELA) E POLPA FIRME, COM SABOR CARACTERÍSTICO. APRESENTADA EM SACO, CAIXA OU EMBALAGEM APROPRIADA, PERMITINDO VENTILAÇÃO E TRANSPORTE SEGURO, PROTEGENDO OS TUBÉRCULOS CONTRA AMASSAMENTOS, UMIDADE E CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGRA, LIMPA E IDENTIFICADA, CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE FORNECEDOR, LOTE E PROCEDÊNCIA. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE QUALIDADE, HIGIENE E SANIDADE VEGETAL, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (MAPA, ANVISA E ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES), GARANTINDO SEGURANÇA ALIMENTAR E ADEQUADO ARMAZENAMENTO. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE FRESCO, EM BOAS CONDIÇÕES DE CONSUMO, DENTRO DO PRAZO ADEQUADO DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.	SEASA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
07	800	UN	CACAU EM PÓ 100% SOLÚVEL, EMBALAGEM DE PLÁSTICO LACRADA, PESO LÍQUIDO ENTRE 180G A 200G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	NESTLÉ, SINHÁ IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
08	4.000	KG	CEBOLA ARGENTINA, BRANCA HORTALIÇA FRESCA, ÍNTEGRA, LIMPA, FIRME, SAUDÁVEL, SEM SINAIS DE PODRIDÃO, MOFO, BROTAÇÃO EXCESSIVA, PRAGAS OU DANOS MECÂNICOS. PRODUTO DE TAMANHO UNIFORME, CASCA EXTERNA SECA E SEM MANCHAS, COM BULBOS CONSISTENTES E LIVRES DE UMIDADE EXCESSIVA OU ODORES DESAGRADÁVEIS. DEVE	SEASA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE

			<p>APRESENTAR COLORAÇÃO TÍPICA DA VARIEDADE (BRANCA, AMARELA OU ROXA) E SABOR CARACTERÍSTICO DA ESPÉCIE. APRESENTADA EM SACO, CAIXA OU EMBALAGEM APROPRIADA, PERMITINDO VENTILAÇÃO E TRANSPORTE SEGURO, PROTEGENDO OS BULBOS CONTRA AMASSAMENTOS, UMIDADE E CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGRA E LIMPA, COM IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR OU PRODUTOR, LOTE E PROCEDÊNCIA. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS DE QUALIDADE, HIGIENE E SANIDADE VEGETAL, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (MAPA, ANVISA E ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES), GARANTINDO SEGURANÇA ALIMENTAR. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE FRESCO, EM BOAS CONDIÇÕES DE CONSUMO, DENTRO DO PRAZO ADEQUADO DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.</p>	
09	600	UN	<p>COCO RALADO SECO 1KG</p> <p>OBTIDO A PARTIR DA POLPA FRESCA DE COCO MADURO, HIGIENIZADA, DESIDRATADA E RALIZADA. PRODUTO DE COLORAÇÃO BRANCA A LEVEMENTE CREME, COM AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, ISENTO DE PARTÍCULAS ESTRANHAS, IMPUREZAS, UMIDADE EXCESSIVA, MOFO, RANÇO OU QUALQUER ALTERAÇÃO QUE COMPROMETA SUA QUALIDADE. PODE SER COCO RALADO FINO, MÉDIO OU GROSSO, DESDE QUE ESPECIFICADO NO ITEM DA LICITAÇÃO, LIVRE DE CORANTES ARTIFICIAIS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS OU ADITIVOS INDEVIDOS. DEVE ATENDER AOS PADRÕES MICROBIOLÓGICOS E FÍSICO-QUÍMICOS ESTABELECIDOS PELA ANVISA PARA PRODUTOS DESIDRATADOS. APRESENTADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO LAMINADO RESISTENTE, FECHADA, LACRADA, ÍNTEGRA E ADEQUADA PARA ARMAZENAMENTO ALIMENTAR, PROTEGENDO O PRODUTO CONTRA UMIDADE, CONTAMINAÇÃO E DETERIORAÇÃO. O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DENOMINAÇÃO DO PRODUTO; • TIPO DE CORTE (FINO/MÉDIO/GROSSO), QUANDO APLICÁVEL; • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÃO NUTRICIONAL; • PESO LÍQUIDO; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • LOTE; • CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO; • CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; 	

			<ul style="list-style-type: none"> • INFORMAÇÕES SOBRE ORIGEM E RESPONSABILIDADE TÉCNICA. <p>O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	
10	1.350	UN	<p>CREME DE LEITE UHT, 1 LITRO ESTERILIZADO E HOMOGÊNEO, OBTIDO A PARTIR DA PARTE GORDUROSA DO LEITE BOVINO, COM TEOR DE GORDURA ENTRE 20% E 30%, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRODUTO DE COLORAÇÃO BRANCA A LEVEMENTE AMARELADA, COM TEXTURA UNIFORME, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE GRUMOS, SEPARAÇÃO DE FASES, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS OU QUALQUER ALTERAÇÃO QUE COMPROMETA SUA QUALIDADE. APRESENTADO EM EMBALAGEM ASSÉPTICA DE 1 LITRO (TETRA PAK OU EQUIVALENTE), DEVIDAMENTE LACRADA, ÍNTEGRA E RESISTENTE, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA LUZ, UMIDADE E CONTAMINAÇÃO. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS E PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA ANVISA E MAPA, INCLUINDO REGISTRO NO SIF/SISBI, QUANDO APLICÁVEL. O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DENOMINAÇÃO DO PRODUTO ("CREME DE LEITE UHT"); • LISTA DE INGREDIENTES; • TEOR DE GORDURA; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO; • CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; • VOLUME (1 L). <p>O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 (QUATRO) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	
11	250	UN	<p>ERVILHAS CONGELADAS, 300 G (POR EMBALAGEM) COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ERVILHAS SELECIONADAS E CONGELADAS INDIVIDUALMENTE (IQF); • SEM ADIÇÃO DE SAL, CONSERVANTES, CORANTES OU OUTROS ADITIVOS. <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GRÃOS INTEIROS, VERDES E UNIFORMES; • TEXTURA FIRME APÓS PREPARO, SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO; • ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM RANCIDEZ OU ODORES ESTRANHOS; 	

			<ul style="list-style-type: none"> AUSÊNCIA DE MATÉRIAS ESTRANHAS, INSETOS, SUJIDADES OU GRÃOS DEFORMADOS EM EXCESSO; CONGELAMENTO UNIFORME, SEM BLOCOS GRANDES DE GELO OU DESCONGELAMENTO PARCIAL. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA, RESISTENTE, LACRADA E PRÓPRIA PARA ALIMENTOS CONGELADOS; EMBALAGENS ÍNTEGRAS, SEM FUROS, RASGOS, UMIDADE EXTERNA OU SINAIS DE DESCONGELAMENTO; EMBALAGEM SECUNDÁRIA APROPRIADA AO TRANSPORTE REFRIGERADO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> NOME DO PRODUTO (ERVILHAS CONGELADAS); PESO LÍQUIDO (300 G); LISTA DE INGREDIENTES (SOMENTE ERVILHAS); INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO; INSTRUÇÕES DE PREPARO E CONSERVAÇÃO; INFORMAÇÕES SOBRE ARMAZENAMENTO CONGELADO. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> VALIDADE MÍNIMA DE 6 A 12 MESES, COM PELO MENOS 70% DO PRAZO VÁLIDO NO MOMENTO DA ENTREGA (OU CONFORME O EDITAL). <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> MANTER CONGELADO A -12°C OU INFERIOR, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE; NÃO RECONGELAR APÓS DESCONGELAMENTO. <p>TRANSPORTE E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> TRANSPORTE EXCLUSIVAMENTE EM VEÍCULOS REFRIGERADOS, COM TEMPERATURA CONTROLADA; ENTREGA COM A CADEIA DE FRIO PRESERVADA; PRODUTO ENTREGUE EM PERFEITAS CONDIÇÕES, SEM DESCONGELAMENTO PARCIAL. 	
--	--	--	--	--

12	3.000	UN	<p>EXTRATO DE TOMATE 850G</p> <p>ELABORADO A PARTIR DE TOMATES MADUROS, SELECIONADOS, LAVADOS E CONCENTRADOS, ISENTOS DE CORANTES ARTIFICIAIS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS, AMIDOS, ESPESSANTES OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUE ALTEREM SUA COMPOSIÇÃO. PRODUTO HOMOGÊNEO, DE COLORAÇÃO VERMELHO-ESCURA UNIFORME, AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE PARTÍCULAS ESTRANHAS, RESÍDUOS DE CASCAS OU SEMENTES EM EXCESSO. APRESENTADO EM EMBALAGEM DE 850 G, PODENDO SER SACHÊ LAMINADO, LATA METÁLICA ESTANHADA OU EMBALAGEM PLÁSTICO-RÍGIDA, DEVIDAMENTE LACRADA, ÍNTEGRA E RESISTENTE, GARANTINDO SUA CONSERVAÇÃO DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS VIGENTES DA ANVISA, INCLUINDO PADRÕES MICROBIOLÓGICOS E FÍSICO-QUÍMICOS PARA DERIVADOS DE TOMATE. A EMBALAGEM DEVE CONTER RÓTULO COMPLETO, COM:</p> <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO DE VENDA; LISTA DE INGREDIENTES; PESO LÍQUIDO; LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL; CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO; REGISTRO OU DISPENSA DE REGISTRO CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. <p>O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	<p>ELEFANTE/GOIALI IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>
13	300	UN	<p>FARINHA DE TRIGO TIPO 1, PESO DA EMBALAGEM 1KG.</p> <p>COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> FARINHA DE TRIGO OBTIDA DA MOAGEM DE GRÃOS DE TRIGO LIMPOS E SELECIONADOS; PODE CONTER ENRIQUECIMENTO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE; NÃO DEVE CONTER CORANTES, CONSERVANTES OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS. <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> PÓ FINO, HOMOGÊNEO, DE COLORAÇÃO BRANCA A LEVEMENTE CREME; 	<p>SOL / NITA / CRISTAL / EMEGE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			<ul style="list-style-type: none"> • ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM RANÇO OU ODORES ESTRANHOS; • AUSÊNCIA DE GRUMOS EXCESSIVOS, INSETOS, SUJIDADES, FRAGMENTOS METÁLICOS OU QUALQUER MATERIAL CONTAMINANTE; • PRODUTO APTO AO CONSUMO HUMANO, OBEDECENDO AO REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE (RTIQ) E DEMAIS NORMAS DA ANVISA/MAPA APLICÁVEIS. <p>PARÂMETROS RECOMENDADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UMIDADE MÁXIMA: ATÉ 15% (OU CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE); • LIVRE DE MICOTOXINAS E CONTAMINANTES DENTRO DOS LIMITES PERMITIDOS; • CLASSIFICAÇÃO CONFORME PADRÕES DE QUALIDADE DA FARINHA DE TRIGO (FORÇA, GLÚTEN E CINZAS), QUANDO SOLICITADO PELO EDITAL. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGENS PRIMÁRIAS EM PAPEL, PLÁSTICO OU POLIPROPILENO, RESISTENTES E SELADAS, QUE GARANTAM INTEGRIDADE DO PRODUTO; • EMBALAGEM SEM RASGOS, VIOLAÇÃO, UMIDADE OU SINAIS DE INFESTAÇÃO; • EMBALAGEM SECUNDÁRIA ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO; • PESO LÍQUIDO; • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • CNPJ, ENDEREÇO E RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE; • INFORMAÇÃO DE ALERGÊNICOS (CONTÉM GLÚTEN); • REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, QUANDO APLICÁVEL. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA OU CONFORME EXIGÊNCIA ESPECÍFICA DO EDITAL. <p>ARMAZENAMENTO:</p>	
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR EM LOCAL FRESCO, LIMPO, SECO E AREJADO, AFASTADO DE PRODUTOS QUÍMICOS E LIVRE DE UMIDADE. <p>CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE EM EMBALAGENS ORIGINAIS, INTACTAS E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE; • TRANSPORTE EM CONDIÇÕES ADEQUADAS, SEGUINDO NORMAS SANITÁRIAS; • PRODUTO DEVE ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES PARA CONSUMO E USO IMEDIATO. 	
14	3000	UN	<p>FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1 NOVO, GRÃOS INTEIROS, ASPECTOS BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS OU CORPOS ESTRANHOS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE. EMBALAGEM COM 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE (MÍNIMO DE 06 MESES), PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/GO</p>	TROPICAL, CRISTAL/GRÃO DOURADO IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
15	200	UN	<p>FERMENTO QUÍMICO EM PÓ 250 G COMPOSIÇÃO: BICARBONATO DE SÓDIO, PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, FOSFATO MONOCÁLCICO, AMIDO DE MILHO E OUTROS INGREDIENTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FERMENTO QUÍMICO INDICADO PARA BOLOS, MASSAS LEVES E PREPARAÇÕES CULINÁRIAS; • PÓ DE COLORAÇÃO BRANCA, HOMOGÊNEO, SECO E LIVRE DE GRUMOS; • SABOR E ODORES CARACTERÍSTICOS, SEM ALTERAÇÕES; • PRODUTO DEVE OBEDECER AOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELAS NORMAS DA ANVISA PARA FERMENTOS QUÍMICOS. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA: LATA METÁLICA OU EMBALAGEM PLÁSTICA RÍGIDA, LACRADA, ORIGINAL DE FÁBRICA, CONTENDO 250 G; • TAMPA COM FECHAMENTO SEGURO, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE; • EMBALAGENS SEM AMASSADOS, FUROS, VIOLAÇÃO OU SINAIS DE VAZAMENTO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p>	ROYAL / FLEISCHMANN IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE

			<ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO E MARCA; • PESO LÍQUIDO (250 G); • INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; • ORIENTAÇÕES DE USO E ARMAZENAMENTO; • INFORMAÇÃO DE ALERGÊNICOS, QUANDO APLICÁVEL; • REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA OU CONFORME EXIGIDO NO EDITAL. <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR EM LOCAL FRESCO E SECO, PROTEGIDO DA LUZ E UMIDADE. <p>CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE EM EMBALAGENS ORIGINAIS E INTACTAS; • TRANSPORTE ADEQUADO PARA ALIMENTOS; • GARANTIA DE QUE O PRODUTO NÃO APRESENTE UMIDADE, GRUMOS OU QUALQUER ALTERAÇÃO QUE COMPROMETA SUA QUALIDADE. 	
16	500	UN	<p>FUBÁ 500G (FARINHA DE MILHO FINA).</p> <p>COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FARINHA DE MILHO OBTIDA DA MOAGEM DE GRÃOS DE MILHO LIMPOS, SECOS E SELECIONADOS; • NÃO DEVE CONTER CORANTES, CONSERVANTES, AROMATIZANTES OU QUALQUER ADITIVO NÃO PERMITIDO PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO SECO, DE TEXTURA FINA E UNIFORME; • COLORAÇÃO AMARELO-CLARA CARACTERÍSTICA DO MILHO; • ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM RANÇO OU ODORES ESTRANHOS; • LIVRE DE INSETOS, FRAGMENTOS, MATERIAIS ESTRANHOS, UMIDADE EXCESSIVA OU QUALQUER SINAL DE DETERIORAÇÃO; 	<p>SINHÁ / MARANATA / YOKI IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			<ul style="list-style-type: none"> • ATENDE ÀS NORMAS DE QUALIDADE E SEGURANÇA DA ANVISA/MAPA PARA FARINHAS DE MILHO. <p>PARÂMETROS DE QUALIDADE (RECOMENDADOS):</p> <ul style="list-style-type: none"> • UMIDADE MÁXIMA: ATÉ 15% (CONFORME LEGISLAÇÃO E BOAS PRÁTICAS); • ISENTO DE MICOTOXINAS E CONTAMINANTES DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS; • GRANULOMETRIA FINA E HOMOGÊNEA. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PLÁSTICO, PAPEL LAMINADO OU POLIPROPILENO, ÍNTEGRA E SELADA; • DEVE GARANTIR PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE, SUJIDADES E CONTAMINAÇÃO; • EMBALAGENS SEM RASGOS, FUROS, VIOLAÇÃO OU SINAIS DE INFESTAÇÃO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO (FUBÁ); • PESO LÍQUIDO; • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • CNPJ, RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO FABRICANTE; • INFORMAÇÕES DE ALERGÊNICOS: <i>PODE CONTER TRAÇOS CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO</i>; • REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (QUANDO APLICÁVEL). <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, OU CONFORME O EDITAL. <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR EM LOCAL FRESCO, SECO, LIMPO, PROTEGIDO DA LUZ SOLAR E LIVRE DE UMIDADE E INSETOS. <p>CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE EXIGIDO; • EMBALAGENS ORIGINAIS, LACRADAS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES; • TRANSPORTE ADEQUADO A GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SEGUINDO NORMAS SANITÁRIAS. 	
17	1.000	UN	GOIABADA EM TABLETE (BARRA) PESO LÍQUIDO: 800 G	ALIANÇA / ZÉLIA / CIAFRIOS IGUAL

			<p>POLPA DE GOIABA, AÇÚCAR E ÁGUA. PERMITIDOS APENAS ADITIVOS AUTORIZADOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA DOCES EM MASSA. CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • COR VERMELHO-ESCURA CARACTERÍSTICA DA FRUTA; • TEXTURA FIRME (PARA GOIABADA EM TABLETE) OU PASTOSA UNIFORME (PARA VERSÃO CREMOSA); • SABOR DOCE CARACTERÍSTICO, SEM AMARGOR OU SABORES ESTRANHOS; • AUSÊNCIA DE PARTÍCULAS ESTRANHAS AO PRODUTO. <p>PADRÃO DE QUALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO DEVE ATENDER AO REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE (RTIQ) DE DOCES EM MASSA E À LEGISLAÇÃO DO MAPA/ANVISA APLICÁVEL. • MÍNIMO DE 55% DE SÓLIDOS SOLÚVEIS (°BRIX), CONFORME NORMAS PARA DOCES EM PASTA OU EM BLOCO. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA: ENVOLTÓRIO PLÁSTICO ATÓXICO, RESISTENTE E SELADO, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. • EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXAS DE PAPELÃO OU SIMILARES QUE PRESERVEM O PRODUTO DURANTE O TRANSPORTE. • TODAS AS EMBALAGENS DEVEM ESTAR ÍNTEGRAS, SEM FUROS, RASGOS OU SINAIS DE VIOLAÇÃO. <p>ROTULAGEM:</p> <p>DEVE CONTER, OBRIGATORIAMENTE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO; • MARCA; • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • PESO LÍQUIDO (800 G); • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • DADOS DO FABRICANTE (CNPJ, ENDEREÇO E CONTATO); • INFORMAÇÕES DE ALERGÊNICOS, QUANDO APLICÁVEL; • REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. <p>VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, CONFORME RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE.</p>	OU SUPERIOR QUALIDADE
--	--	--	--	-----------------------

			<p>ARMAZENAMENTO: MANTER EM LOCAL FRESCO, SECO E PROTEGIDO DA LUZ SOLAR, CONFORME INSTRUÇÕES DO FABRICANTE. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO DEVE SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO EXIGIDO PELO EDITAL. • EMBALAGENS ÍNTEGRAS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO. • TRANSPORTE DE ACORDO COM AS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. 	
18	10.000	UN	<p>IOGURTE EM BISNAGA 120 G (POR UNIDADE). TIPO: IOGURTE SABORIZADO (MORANGO, BANANA, UVA, COCO OU OUTRO SABOR). COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LEITE PASTEURIZADO OU RECONSTITUÍDO; • CULTURAS LÁCTEAS SELECIONADAS (LACTOBACILLUS BULGARICUS E STREPTOCOCCUS THERMOPHILUS); • AÇÚCAR; • POLPA OU AROMATIZANTE DE FRUTAS; • ESPESSANTES, ESTABILIZANTES E CORANTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE; • DEMAIS INGREDIENTES PREVISTOS NAS NORMAS DA ANVISA E MAPA PARA PRODUTOS LÁCTEOS FERMENTADOS. <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • TEXTURA CREMOSA E HOMOGÊNEA, PRÓPRIA PARA CONSUMO DIRETO; • SABOR CARACTERÍSTICO DO TIPO/SABOR DECLARADO; • COR UNIFORME, SEM SEPARAÇÃO DE FASES OU PRESENÇA DE GRUMOS; • PRODUTO FERMENTADO PRONTO PARA O CONSUMO; • LIVRE DE SUJIDADES, PARTÍCULAS ESTRANHAS E QUALQUER INDÍCIO DE CONTAMINAÇÃO; • DEVE ATENDER AO RTIQ DE LEITES FERMENTADOS E DEMAIS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM TIPO BISNAGA EM PLÁSTICO FLEXÍVEL E ATÓXICO, SELADA E ÍNTEGRA; • TAMPA COM LACRE DE SEGURANÇA; • EMBALAGEM RESISTENTE, SEM FUROS, AMASSADOS OU VIOLAÇÃO; 	<p>TATA / DANONINHO / NESTLÉ IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			<ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA INDIVIDUAL DE 120 G E EMBALAGEM SECUNDÁRIA ADEQUADA AO TRANSPORTE REFRIGERADO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO E SABOR; • PESO LÍQUIDO (120 G); • LISTA COMPLETA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO); • INFORMAÇÃO DE ALERGÊNICOS ("CONTÉM LEITE"); • INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO E CONSUMO; • REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, QUANDO APLICÁVEL. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 20 DIAS DE VALIDADE RESTANTE NA DATA DE ENTREGA (OU CONFORME EDITAL). <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MANTER REFRIGERADO ENTRE 1°C E 10°C OU CONFORME INDICAÇÃO DO FABRICANTE; • NÃO DEVE SER CONGELADO. <p>TRANSPORTE E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • TRANSPORTE EM VEÍCULOS REFRIGERADOS, COM CONTROLE ADEQUADO DE TEMPERATURA; • PRODUTO ENTREGUE REFRIGERADO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES E COM EMBALAGENS INTACTAS; • GARANTIR QUE NÃO HOUVE QUEBRA DA CADEIA DE FRIO ATÉ O RECEBIMENTO. 	
19	1.000	UN	<p>LEITE DE COCO 500ML</p> <p>OBTIDO DA PRENSAGEM DA POLPA DO COCO MADURO, FILTRADO E PADRONIZADO, APRESENTANDO COLORAÇÃO BRANCA HOMOGÊNEA, AROMA E SABOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE IMPUREZAS, GRUMOS, SEDIMENTOS, CONTAMINANTES, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS. PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM OS PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA ANVISA PARA DERIVADOS DE COCO. APRESENTADO EM EMBALAGEM DE 500 ML, PODENDO SER GARRAFA PLÁSTICA (PET) OU FRASCO</p>	<p>SINHÁ/COQUIL/DU COCO IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			<p>EQUIVALENTE, LACRADO, INVIOLÁVEL, ÍNTEGRO E RESISTENTE, GARANTINDO PROTEÇÃO CONTRA LUZ, UMIDADE E CONTAMINAÇÃO.</p> <p>O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO DO PRODUTO ("LEITE DE COCO"); LISTA DE INGREDIENTES; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL; VOLUME (500 ML); LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO; CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; INDICAÇÃO DE ALERGÊNICOS ("CONTÉM COCO"); REGISTRO OU DISPENSA CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. <p>O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO.</p>	
20	30.000	UN	<p>LEITE INTEGRAL UHT 1 LITRO (ULTRA ALTA TEMPERATURA), FLUIDO, ESTERILIZADO, HOMOGÊNEO, OBTIDO A PARTIR DE LEITE BOVINO FRESCO, PASTEURIZADO E SUBMETIDO AO PROCESSO UHT, ISENTO DE CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, SEDIMENTOS, ODORES OU SABORES ANORMAIS. DEVE APRESENTAR TEOR DE GORDURA MÍNIMO DE 3,0%, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.</p> <p>EMBALADO EM CAIXA CARTONADA ASSÉPTICA (TETRA PAK OU EQUIVALENTE), COM CAPACIDADE DE 1 LITRO, DEVIDAMENTE LACRADA, ÍNTEGRA, RESISTENTE, GARANTINDO A CONSERVAÇÃO DO PRODUTO. O LEITE DEVE ATENDER AOS PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA ANVISA E PELO MAPA, INCLUINDO REGISTRO NO SIF/SISBI, QUANDO APLICÁVEL. O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO DO PRODUTO; LISTA DE INGREDIENTES (QUANDO HOUVER ADITIVOS PERMITIDOS); INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO E CONSUMO; CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; INFORMAÇÕES SOBRE O TIPO DE TRATAMENTO TÉRMICO (UHT). 	

			O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 (QUATRO) MESES RESTANTES, A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.	
21	1.000	UN	<p>LEITE UHT ZERO LACTOSE 1 LITRO</p> <p>OBTIDO A PARTIR DE LEITE BOVINO INTEGRAL, SEMIDESNATADO OU DESNATADO (CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL), TRATADO COM A ENZIMA LACTASE, RESULTANDO EM PRODUTO COM TEOR DE LACTOSE REDUZIDO A NÍVEIS CONSIDERADOS ISENTOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRODUTO ESTERILIZADO EM PROCESSO UHT (ULTRA ALTA TEMPERATURA), HOMOGÊNEO, SEM CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS, SEM SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS, COM SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS E SEM SEPARAÇÃO DE FASES. APRESENTADO EM EMBALAGEM ASSÉPTICA DE 1 LITRO (TETRA PAK OU EQUIVALENTE), DEVIDAMENTE LACRADA, ÍNTEGRA, RESISTENTE E APROPRIADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS SANITÁRIAS DA ANVISA E ÀS EXIGÊNCIAS DO MAPA, INCLUINDO REGISTRO NO SIF/SISBI, QUANDO APLICÁVEL. O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO DO PRODUTO ("LEITE UHT ZERO LACTOSE"); INDICAÇÃO DO TIPO (INTEGRAL, SEMIDESNATADO OU DESNATADO); LISTA DE INGREDIENTES; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; ORIENTAÇÕES DE ARMAZENAMENTO; ADVERTÊNCIAS SOBRE ALERGÊNICOS ("CONTÉM LEITE"); CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; VOLUME (1 L). <p>O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 4 (QUATRO) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	<p>LEITBOM, ITALAC, NINHO</p> <p>IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>
22	5.000	UN	<p>MACARRÃO ESPAGUETE 500G</p> <p>ELABORADO A PARTIR DE SÊMOLA DE TRIGO DURUM OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS, ADITIVOS INDEVIDOS OU QUALQUER CORPO ESTRANHO. PRODUTO SECO, DE COR UNIFORME, SEM MANCHAS ESCURAS, SEM FRAGMENTAÇÃO EXCESSIVA E COM ODOR E SABOR PRÓPRIOS. APRESENTAÇÃO EM</p>	<p>CRISTAL/SAFRA/CALIFORNIA SIMILAR</p> <p>IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			<p>EMBALAGEM DE 500 G, DO TIPO PLÁSTICO FLEXÍVEL LAMINADO OU EQUIVALENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRA E DEVIDAMENTE LACRADA, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO E SEGURANÇA DO ALIMENTO. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS PADRÕES MICROBIOLÓGICOS E FÍSICO-QUÍMICOS EXIGIDOS PELA ANVISA E ÀS NORMAS ESPECÍFICAS DE ALIMENTOS À BASE DE CEREAIS. A EMBALAGEM DEVE CONTER RÓTULO COMPLETO, INCLUINDO: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE PREPARO, CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	
23	5.000	UN	<p>MACARRÃO TIPO PADRE NOSSO 500G ELABORADO A PARTIR DE SÊMOLA DE TRIGO DURUM OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS, ADITIVOS INDEVIDOS OU QUALQUER CORPO ESTRANHO. PRODUTO SECO, DE COR UNIFORME, SEM MANCHAS ESCURAS, SEM FRAGMENTAÇÃO EXCESSIVA E COM ODOR E SABOR PRÓPRIOS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 500 G, DO TIPO PLÁSTICO FLEXÍVEL LAMINADO OU EQUIVALENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRA E DEVIDAMENTE LACRADA, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO E SEGURANÇA DO ALIMENTO. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS PADRÕES MICROBIOLÓGICOS E FÍSICO-QUÍMICOS EXIGIDOS PELA ANVISA E ÀS NORMAS ESPECÍFICAS DE ALIMENTOS À BASE DE CEREAIS. A EMBALAGEM DEVE CONTER RÓTULO COMPLETO, INCLUINDO: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE PREPARO, CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	<p>CRISTAL/SAFRA/CA LIFORNIA SIMILAR IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>
24	25.000	UN	<p>MACARRÃO TIPO PARAFUSO 500G ELABORADO A PARTIR DE SÊMOLA DE TRIGO DURUM OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS, ADITIVOS INDEVIDOS OU QUALQUER CORPO ESTRANHO. PRODUTO SECO, DE COR UNIFORME, SEM MANCHAS ESCURAS, SEM FRAGMENTAÇÃO EXCESSIVA E COM</p>	<p>CRISTAL/SAFRA/CA LIFORNIA SIMILAR IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			ODOR E SABOR PRÓPRIOS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 500 G, DO TIPO PLÁSTICO FLEXÍVEL LAMINADO OU EQUIVALENTE, RESISTENTE, ÍNTEGRA E DEVIDAMENTE LACRADA, GARANTINDO A PRESERVAÇÃO E SEGURANÇA DO ALIMENTO. O PRODUTO DEVE ATENDER AOS PADRÕES MICROBIOLÓGICOS E FÍSICO-QUÍMICOS EXIGIDOS PELA ANVISA E ÀS NORMAS ESPECÍFICAS DE ALIMENTOS À BASE DE CEREAIS. A EMBALAGEM DEVE CONTER RÓTULO COMPLETO, INCLUINDO: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE PREPARO, CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.	
25	3.000	UN	MARGARINA COM SAL 500G SEM GORDURA TRANS, COM TEOR DE LIPÍDEOS COM 80%, EMBALAGEM COM REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500G, RESISTENTE, ATÓXICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	QUALY/DELÍCIA/CR EMOSI IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
26	2.500	UN	MILHO VERDE EM CONSERVA 170G ENVASADO EM LATA METÁLICA ESTANHADA, COM PESO LÍQUIDO DE 170 G E PESO DRENADO MÍNIMO DE 130 G. PRODUTO ELABORADO A PARTIR DE GRÃOS DE MILHO TENROS, ÍNTEGROS, SELECIONADOS, ISENTOS DE FUNGOS, PRAGAS, MATÉRIAS ESTRANHAS OU QUALQUER SUBSTÂNCIA QUE COMPROMETA SUA QUALIDADE. CONSERVADO EM SOLUÇÃO AQUOSA E SALINA, ESTERILIZADO E PRONTO PARA CONSUMO. A LATA DEVE ESTAR LACRADA HERMETICAMENTE, ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS, FERRUGEM OU VAZAMENTOS, CONTENDO RÓTULO COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, LISTA DE INGREDIENTES, PESO LÍQUIDO E DRENADO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE, REGISTRO OU DISPENSA DE REGISTRO CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES NO MOMENTO DA ENTREGA E ATENDER ÀS NORMAS DA ANVISA, MAPA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA ALIMENTOS EM CONSERVA.	QUERO/ FUNGI/ETTI IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
27	8.000	UN	ÓLEO COMESTÍVEL VEGETAL DE SOJA 900ML 100% PURO, REFINADO, EXTRAÍDO DE GRÃOS DE	COMIGO/ SINHÁ/LIZA IGUAL

			<p>SOJA SELECIONADOS, SUBMETIDO AOS PROCESSOS DE DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, DESODORIZAÇÃO E REFINO, PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO. PRODUTO LÍMPIDO, DE COLORAÇÃO AMARELA CLARA, LIVRE DE IMPUREZAS VISÍVEIS, SEDIMENTOS, ODOR OU SABOR ESTRANHOS, ATENDENDO INTEGRALMENTE AOS PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS ESTABELECIDOS PELA ANVISA E PELO MAPA. APRESENTADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PET, TRANSPARENTE OU TRANSLÚCIDA, COM VOLUME ESPECIFICADO NO EDITAL (900 ML), DEVIDAMENTE LACRADA, INVIOLÁVEL, RESISTENTE, SEM VAZAMENTOS OU DEFORMAÇÕES. O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> DENOMINAÇÃO DO PRODUTO ("ÓLEO DE SOJA REFINADO"); LISTA DE INGREDIENTES; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL; VOLUME; LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; RECOMENDAÇÕES DE ARMAZENAMENTO; CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; IDENTIFICAÇÃO DE ALERGÊNICOS ("CONTÉM SOJA"); REGISTRO OU DISPENSA CONFORME LEGISLAÇÃO. <p>O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	OU SUPERIOR QUALIDADE
28	1.200	UN CARTE LAS 30X1	<p>OVO DE GALINHA TAMANHO PADRÃO (MÉDIO), DE 1ª QUALIDADE, COM BOA APARÊNCIA, SEM MANCHAS OU FRAGMENTO, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS E SUBSTÂNCIAS TÓXICAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM (CARTELA COM 30 UNIDADES) APROPRIADA, COM SELO DO SERVIÇO ESTADUAL DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU SELO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL.</p>	MAKI, CLARA, GEMA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
29	300	UN	<p>PÃO TIPO BISNAGA ZERO LACTOSE, 300 G (POR EMBALAGEM) COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; ÁGUA; AÇÚCAR; ÓLEOS E/OU GORDURAS VEGETAIS; 	BELIVE / PULLMAN / NUTRELLA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE

			<ul style="list-style-type: none"> • OVOS (QUANDO APLICÁVEL À FORMULAÇÃO); • FERMENTO BIOLÓGICO; • SAL; • MELHORADORES E ESTABILIZANTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO; • PRODUTO ELABORADO SEM ADIÇÃO DE LACTOSE, CONFORME NORMAS DE ROTULAGEM DA ANVISA. <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PÃO TIPO BISNAGA MACIO, UNIFORME E DE TEXTURA LEVE; • FORMATO ALONGADO, CARACTERÍSTICO DA CATEGORIA; • COR LEVEMENTE DOURADA, SEM MANCHAS, QUEIMADOS OU FALHAS; • SABOR SUAVE, SEM ODORES ESTRANHOS OU SINAIS DE FERMENTAÇÃO INADEQUADA; • AUSÊNCIA DE PARTÍCULAS ESTRANHAS, BOLORES, UMIDADE EXCESSIVA OU DETERIORAÇÃO; • PRODUTO PRONTO PARA CONSUMO, ATENDENDO AOS PADRÕES SANITÁRIOS E DE QUALIDADE APLICÁVEIS. <p>DECLARAÇÃO DE ALERGÊNICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "NÃO CONTÉM LACTOSE"; • "CONTÉM GLÚTEN" (POR CONTER FARINHA DE TRIGO); • PODE CONTER TRAÇOS DE OUTROS ALERGÊNICOS CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO (CONFORME RÓTULO DO FABRICANTE). <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE OU OPACO, RESISTENTE, SELADO E ÍNTEGRO; • EMBALAGEM SECUNDÁRIA ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO; • AS EMBALAGENS DEVEM ESTAR LIVRES DE FUROS, RASGOS, VIOLAÇÃO, UMIDADE OU CONTAMINAÇÃO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO (PÃO BISNAGA ZERO LACTOSE); • PESO LÍQUIDO (300 G); • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • DECLARAÇÃO DE ALERGÊNICOS E DE AUSÊNCIA DE LACTOSE; 	
--	--	--	---	--

			<ul style="list-style-type: none"> • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; • INSTRUÇÕES DE CONSERVAÇÃO. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 5 A 15 DIAS DE VALIDADE RESTANTE NA ENTREGA, CONFORME PADRÃO DA INDÚSTRIA OU EXIGÊNCIA DO EDITAL. <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR EM LOCAL LIMPO, SECO, FRESCO, AO ABRIGO DA LUZ; • EVITAR UMIDADE E CALOR EXCESSIVO; • PODE SER MANTIDO REFRIGERADO, CONFORME ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE. <p>CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE EM EMBALAGENS ORIGINAIS, INTACTAS E SEM SINAIS DE VIOLAÇÃO; • TRANSPORTE ADEQUADO PARA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; • GARANTIA DE INTEGRIDADE, QUALIDADE E ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. 	
30	2.000	UN	<p>SAL REFINADO IODADO 1K</p> <p>PRÓPRIO PARA CONSUMO HUMANO, COMPOSTO POR CLORETO DE SÓDIO (NaCl) COM TEOR MÍNIMO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, ENRIQUECIDO COM IODO NA FORMA E CONCENTRAÇÃO ESTABELECIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE E PELA ANVISA. PRODUTO DE GRANULAÇÃO FINA E UNIFORME, SECO, BRANCO, ISENTO DE IMPUREZAS, UMIDADE EXCESSIVA, CORPOS ESTRANHOS OU QUALQUER SUBSTÂNCIA QUE COMPROMETA SUA QUALIDADE.</p> <p>APRESENTADO EM EMBALAGEM DE 1 KG, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RESISTENTE, INVOLÁVEL, LACRADA E ÍNTEGRA, QUE GARANTA PROTEÇÃO CONTRA UMIDADE E CONTAMINAÇÃO.</p> <p>O RÓTULO DEVE CONTER:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DENOMINAÇÃO DO PRODUTO ("SAL REFINADO IODADO"); • LISTA DE INGREDIENTES; • TEOR DE IODO E COMPOSIÇÃO QUÍMICA; • PESO LÍQUIDO; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; 	MOC/UNIÃO/ALMI RANTE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE

			<ul style="list-style-type: none"> • CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE; • RECOMENDAÇÕES DE ARMAZENAMENTO; • NÚMERO DE REGISTRO OU DISPENSA CONFORME LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. <p>O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES RESTANTES, A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.</p>	
31	3.000	KG	<p>SALSICHA TIPO HOT DOG EMBALADA A VÁCUO OU ATMOSFERA MODIFICADA, EM PACOTES DE 1 KG. PRODUTO À BASE DE CARNES (BOVINA, SUÍNA OU MISTA), ÁGUA, SAL, CONDIMENTOS, PROTEÍNA VEGETAL (OPCIONAL), AMIDO, CORANTES E CONSERVANTES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • COR UNIFORME, TEXTURA FIRME E MACIA, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS. • PRODUTO COZIDO, PRONTO PARA CONSUMO APÓS AQUECIMENTO. • AUSÊNCIA DE SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS OU DEFORMAÇÕES. • PADRÃO DE CONFORMIDADE CONFORME REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE (RTIQ) DE SALSICHAS DO MAPA. <p>VALIDADE: MÍNIMO DE 90 DIAS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, DESDE QUE ARMAZENADO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE. ARMAZENAMENTO: MANTER REFRIGERADO ENTRE 0°C E 4°C OU CONFORME INDICAÇÃO DO FABRICANTE. DEVE CONTER IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, CNPJ DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PESO LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE EM PERFEITAS CONDIÇÕES, COM A INTEGRIDADE DAS EMBALAGENS PRESERVADA. • TRANSPORTADO EM VEÍCULO ADEQUADO PARA ALIMENTOS REFRIGERADOS, ATENDENDO NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES. 	<p>AURORA / SADIA / PERDIDÃO IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>
32	20.000	UN	<p>SUCO CONCENTRADO DE GARRAFA (SABOR CAJU) 500ML RENDIMENTO 5 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU</p>	<p>MAGUARY/ PINDORAMA/SÓ FRUTA IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			RESOLUÇÕES DA ANVISA/GO.	
33	15.000	UN	<p>SUCO CONCENTRADO DE GARRAFA (SABOR UVA) 500ML</p> <p>RENDIMENTO 5 LITROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/GO.</p>	<p>MAGUARY/ PINDORAMA/SÓ FRUTA</p> <p>IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>
34	1.250	UN	<p>BISCOITO SALGADO DE POLVILHO TRADICIONAL, 100 GR</p> <p>SEM GLUTEN E SEM LACTOSE - PRODUZIDO A PARTIR DE POLVILHO, GORDURA VEGETAL, OVOS, SAL, PODE CONTER AMIDO DE MILHO. SEM SOJA. EMPACOTADO CONVENCIONALMENTE EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICACAO, INFORMACOES NUTRICIONAIS, PESO LIQUIDO. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO. PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 03 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</p>	
35	300	UN	<p>BISCOITO TIPO CREAM CRACKER ZERO LACTOSE 330G</p> <p>(POR EMBALAGEM) - COMPOSIÇÃO: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; ÓLEOS E/OU GORDURAS VEGETAIS; AÇÚCAR OU EDULCORANTES PERMITIDOS (CONFORME FORMULAÇÃO DA MARCA); SAL; FERMENTOS QUÍMICOS PERMITIDOS (BICARBONATO DE SÓDIO, CARBONATO DE AMÔNIO, ETC.); AROMATIZANTES E ADITIVOS APROVADOS PELA LEGISLAÇÃO; PRODUTO FORMULADO SEM LACTOSE, ATENDENDO À RDC DE ROTULAGEM DA ANVISA. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: BISCOITO TIPO CREAM CRACKER LEVE, CROCANTE E DE TEXTURA TÍPICA; COR DOURADA UNIFORME, SEM MANCHAS OU ESCURECIMENTOS ANORMAIS; SABOR SUAVE E CARACTERÍSTICO, SEM RANÇO, ODORES ESTRANHOS OU SINAIS DE UMIDADE; LIVRE DE INSETOS, SUJIDADES, MATERIAIS ESTRANHOS OU QUEBRAS EXCESSIVAS; PRODUTO SECO, ÍNTEGRO E PRONTO PARA CONSUMO; ATENDE AOS PADRÕES SANITÁRIOS E DE QUALIDADE APLICÁVEIS À CATEGORIA. DECLARAÇÃO DE ALERGÊNICOS: "NÃO CONTÉM LACTOSE" (OBRIGATÓRIO NA ROTULAGEM); "CONTÉM GLÚTEN" (POR CONTER FARINHA DE TRIGO). EMBALAGEM: EMBALAGEM PRIMÁRIA EM FILME PLÁSTICO RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADA; EMBALAGEM SECUNDÁRIA ADEQUADA AO TRANSPORTE; PRODUTO ENTREGUE SEM RASGOS, FUROS, VIOLAÇÃO, UMIDADE OU DEFORMAÇÕES.</p>	

			<p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA: NOME DO PRODUTO (CREAM CRACKER ZERO LACTOSE); LISTA COMPLETA DE INGREDIENTES; INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; DECLARAÇÕES DE ALERGÊNICOS E AUSÊNCIA DE LACTOSE; LOTE; DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO; INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO. VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES DE VALIDADE RESTANTE NA DATA DA ENTREGA (OU CONFORME EDITAL). ARMAZENAMENTO: MANTER EM LOCAL SECO, FRESCO, LIMPO E AO ABRIGO DA LUZ SOLAR; EVITAR CALOR E UMIDADE. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO: EMBALAGENS ORIGINAIS, ÍNTEGRAS E SEM VIOLAÇÃO; PRODUTO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE EXIGIDO; TRANSPORTE ADEQUADO, CONFORME NORMAS SANITÁRIAS PARA ALIMENTOS.</p>	
36	300	UN	<p>BISCOITO TIPO MAIZENA SEM LACTOSE, 330 G (POR EMBALAGEM). COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO; • AÇÚCAR; • ÓLEOS OU GORDURAS VEGETAIS; • AMIDO DE MILHO; • FERMENTOS QUÍMICOS PERMITIDOS; • AROMATIZANTES E DEMAIS ADITIVOS APROVADOS PELA LEGISLAÇÃO; • <i>PRODUTO FORMULADO SEM ADIÇÃO DE LACTOSE</i> (DEVE CONSTAR NO RÓTULO). <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BISCOITO DO TIPO MAIZENA, CROCANTE, DE COR UNIFORME, SABOR SUAVE E CARACTERÍSTICO; • LIVRE DE ODORES E SABORES ESTRANHOS; • PADRÃO DE FORMATO E TEXTURA HOMOGÊNEOS; • PRODUTO SECO, SEM SINAIS DE UMIDADE, MOFO, QUEBRAS EXCESSIVAS OU INSETOS; • ATENDE ÀS NORMAS DA ANVISA REFERENTES A PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E ROTULAGEM PARA ALIMENTOS SEM LACTOSE. <p>DECLARAÇÃO DE ALERGÊNICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "NÃO CONTÉM LACTOSE" (OBRIGATÓRIO, CONFORME LEGISLAÇÃO); • "CONTÉM GLÚTEN" (POR CONTER FARINHA DE TRIGO). <p>EMBALAGEM:</p>	

			<ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PLÁSTICO RESISTENTE, SELADA E ÍNTEGRA; • EMBALAGEM SECUNDÁRIA ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM; • SEM FUROS, RASGOS, UMIDADE OU SINAIS DE VIOLAÇÃO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO (BISCOITO MAIZENA SEM LACTOSE); • MARCA; • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • DECLARAÇÃO DE ALERGÊNICOS E DE AUSÊNCIA DE LACTOSE; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • CNPJ, ENDEREÇO E RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE; • INSTRUÇÕES DE CONSERVAÇÃO. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 6 MESES DE VALIDADE RESTANTE NA DATA DE ENTREGA (OU CONFORME EDITAL). <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR EM LOCAL FRESCO, SECO, LIMPO, PROTEGIDO DA LUZ SOLAR E LIVRE DE UMIDADE. <p>CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE EM EMBALAGENS ORIGINAIS, INTACTAS E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE EXIGIDO; • TRANSPORTE ADEQUADO PARA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; • GARANTIA DE INTEGRIDADE E CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. 	
37	1.500	KG	ALHO À GRANEL , 1º QUALIDADE, COM COR CARACTERÍSTICA, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	CADEBE ROCEIRO IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE
38	800	UN	AVEIA EM FLOCOS FINOS 165G E/ OU 170G DEVEM SER PREPARADAS COM MATÉRIAS PRIMAS, SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS. OS CEREAIS PODEM SER POLIDOS E LUSTRADOS COM GLICOSE, ÓLEOS VEGETAIS COMESTÍVEIS, TALCO OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS COMESTÍVEIS. DESDE QUE O ACRESCIMO DE PESO NÃO EXCEDA DE 0,5%. NAO	NUTRY , QUAKER IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE

			<p>PODEM SER UTILIZADOS NO SEU POLIMENTO OU BRILHO, ÓLEOS MINERAIS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS RESINOSAS OU GRAXAS NÃO COMESTÍVEIS. OS CEREAIS E OS PRODUTOS DERIVADOS DE CEREAIS INCLUIDOS NESTA FORMA, NÃO PODEM TER MAIS DE 15% DE UMIDADE. AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITOS E LARVAS. O PRODUTO DEVE SER ROTULADO DE ACORDO COM O CEREAL DE ORIGEM E A CLASSIFICAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</p>	
39	5.000	UN	<p>CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G SABOR INTENSO, COM CARACTERÍSTICA ADICIONAL EXTRA FORTE, EMBALADO ALMOFADADO, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CAFÉ (ABIC). COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.</p>	<p>TIKERO, TIJUCANO, BIBO/VASCAFÉ IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>
40	500	UN	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL 380 G PRODUTO: LEITE EM PÓ INTEGRAL. COMPOSIÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LEITE INTEGRAL DESIDRATADO; • POSSÍVEIS ADITIVOS AUTORIZADOS POR LEGISLAÇÃO PARA LEITE EM PÓ INTEGRAL (EX.: ESTABILIZANTES PERMITIDOS); • NÃO DEVE CONTER CONSERVANTES NÃO AUTORIZADOS OU LACTOSE REDUZIDA (A MENOS QUE SEJA ESPECIFICADO). <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PÓ FINO, SOLTO, DE COLORAÇÃO BRANCA A LEVEMENTE AMARELADA; • SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS DE LEITE INTEGRAL; • PRODUTO ISENTO DE GRUMOS, UMIDADE EXCESSIVA OU SINAIS DE DETERIORAÇÃO; • PRODUTO PRONTO PARA RECONSTITUIÇÃO EM ÁGUA, OBEDECENDO À CONCENTRAÇÃO INDICADA PELO FABRICANTE; • ATENDE AO REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE (RTIQ) DO LEITE EM PÓ E DEMAIS NORMAS DA ANVISA/MAPA APLICÁVEIS. <p>EMBALAGEM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM PRIMÁRIA: LATA METÁLICA OU SACHÊ/PLÁSTICO LACRADO, RESISTENTE E ATÓXICO; • EMBALAGEM SECUNDÁRIA ADEQUADA PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM; • EMBALAGEM ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS, FUROS, RASGOS OU SINAIS DE VIOLAÇÃO. <p>ROTULAGEM OBRIGATÓRIA:</p>	<p>NINHO IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			<ul style="list-style-type: none"> • NOME DO PRODUTO (LEITE EM PÓ INTEGRAL); • MARCA (NINHO OU EQUIVALENTE); • PESO LÍQUIDO (380 G); • LISTA DE INGREDIENTES; • INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS; • LOTE; • DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE; • IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE: RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO; • INSTRUÇÕES DE PREPARO E ARMAZENAMENTO; • REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, QUANDO APLICÁVEL. <p>VALIDADE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÍNIMO DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO, COM PRAZO ADEQUADO DE VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA, CONFORME EDITAL. <p>ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CONSERVAR EM LOCAL FRESCO, SECO, LIMPO E PROTEGIDO DA LUZ SOLAR; • EVITAR CONTATO COM UMIDADE, CALOR EXCESSIVO E INSETOS. <p>CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO ENTREGUE EM EMBALAGENS ORIGINAIS E INTACTAS; • TRANSPORTE ADEQUADO, CONFORME NORMAS SANITÁRIAS PARA ALIMENTOS; • GARANTIA DE INTEGRIDADE E CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. 	
41	1000	UN	<p>MANTEIGA DE LEITE 500G</p> <p>DE ORIGEM ANIMAL, OBTIDA EXCLUSIVAMENTE DA NATA DO LEITE, RESULTANTE DO BATIMENTO E CONCENTRAÇÃO DE GORDURA LÁCTEA. PRODUTO COM TEOR MÍNIMO DE GORDURA LÁCTEA DE 80%, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, CONSERVANTES NÃO PERMITIDOS OU GORDURAS VEGETAIS. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 500 G, PODENDO SER POTE PLÁSTICO RÍGIDO, EMBALAGEM LAMINADA OU SIMILAR, DEVIDAMENTE LACRADA E ÍNTEGRA, QUE ASSEGURE A CONSERVAÇÃO E INTEGRIDADE DO PRODUTO. A MANTEIGA DEVE POSSUIR COLORAÇÃO AMARELA UNIFORME, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, SEM RANÇO, PARTÍCULAS ESTRANHAS, UMIDADE EXCESSIVA OU QUALQUER ALTERAÇÃO QUE COMPROMETA A QUALIDADE.</p>	<p>ITAMBÉ, PIRACANJUBA, CANTO DE MINAS</p> <p>IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE</p>

			PRODUTO DEVE ATENDER ÀS NORMAS SANITÁRIAS VIGENTES DA ANVISA, MAPA E AO REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUTOS LÁCTEOS. A EMBALAGEM DEVE CONTER RÓTULO COMPLETO, COM: DENOMINAÇÃO DO PRODUTO, LISTA DE INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, CNPJ E ENDEREÇO DO FABRICANTE, REGISTRO NO MAPA/SIF QUANDO APLICÁVEL, ALÉM DE CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES RESTANTES A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO.	
--	--	--	---	--

1.2 - O procedimento licitatório será regido pela Lei Federal nº 14.133 de 2021. A licitação será realizada na modalidade **Registro de Preço** e o critério de seleção da melhor proposta para a contratação do presente objeto é o de **menor preço por item**.

1.3 – O custo estimado da contratação é de R\$ 1.789.810,50 (um milhão e setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos e dez reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima, em conformidade com o artigo 23 da Lei nº14.133/2021

1.4 – A adoção do Sistema de Regime de Preços proporciona uma série de benefícios à Administração Pública, dos quais podemos destacar: maior celeridade nas contratações, redução da quantidade de licitações, redução dos custos de armazenamento e controle de estoques, etc.

1.5 – O SRP mostra-se como forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultando em vantagens à Administração descomplicando procedimentos para aquisição de bens por disponibilizá-los por 01 ano em ata para quando surgir a necessidade, o objeto ser executado pela Administração.

1.6 - A realização deste registro de preço se justifica pela necessidade contínua e permanente de fornecimento de alimentos para a execução do Programa de Alimentação Escolar. Trata-se de itens essenciais para garantir a oferta de refeições balanceadas e adequadas aos estudantes, contribuindo para sua saúde, bem-estar, rendimento escolar e permanência na escola.

1.7 – O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme (Regulamento Próprio ou Lei Federal 14.133/2021).

1.8 – Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.9 – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.0 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.1 - A Ata de registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios e site da Prefeitura Municipal.

2.2 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei nº14.133/2021.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Nº	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS/TORNOS			
			MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO	TOTAL

2	AMILTON MAMEDE REZENDE - Avenida das Américas, 536 – bairro: N.S. Aparecida	10	121	214	45	380
3	ELIONICE ALVES DE FRANÇA AVELAR - Rua Antônio Alves Pequeno, Qd. 28 Lts 1,2 e 3 – Bairro Antônio Florindo de Oliveira	12	92	161	-	253
4	EVA MARLY PEREIRA - Av. Brasil, 782 – Bairro Vila Mutirão	19	187	245	-	432
5	JOSÉ FRANCISCO DE MELO – ZÉ BORRACHEIRO - Av. Simonides Neto, Qd. 12 Lt Único, Bairro Dona Eleontina	11	266	150	-	416
7	OLINA CASTANHEIRA - Av. Tancredo Rodrigues da Cunha, 813 – Bairro Olímpia	15	186	118	-	304
8	PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - Av. José Antônio de Lima, 291 – Vila Maria	18	174	243	-	417
9	RUI BARBOSA PEREIRA FILHO - Av. Goiás, 889 – Lote Único	12	156	168	-	324
TOTAL GERAL DE SALA		105	TOTAL GERAL DE ALUNO			2.516

RELAÇÃO DOS CEMEIs – PERÍODO INTEGRAL

Nº	CEMEI/ESCOLA	QUANTIDADE	SALA
1	SNACK GOMES - Rua Santa Helena esquina c/ Av. Sete de Novembro, Bairro Alvorada	74	5
2	ZILDA DIAS ARANTES - Av. Goiás, 889 – Bairro Dona Eleontina	49	4
3	ATAIDE BIZINOTO NETO - TELEFONE: Av. das Américas, Q-38 L único, Bairro: Luiz Carlos de Oliveira	117	8
4	OMÁRIA GARCIA DE OLIVEIRA, Rua 11, Bairro: Antônio Florindo	49	3
5	ARMANDA MALVINA DE MEDONÇA, Rua 01 nº 207 – Centro, Bom Jesus-Go.	74	4
6	GESSI ESTEVES RAMOS – Rua Maria Conceição Alves Santos s/n – Bairro Tropical (<i>Inauguração em andamento</i>)	88	4
TOTAL GERAL		451	31

OBSERVAÇÕES:

1. Nas escolas municipais são servidos lanches em todos os períodos.
2. Nos CEMEIs são servidos 1 refeição, 1 café da manhã e 1 lanche da tarde.

3. Lembrando que, os alunos da zona rural recebem duas refeições por dia.
4. A Escola Municipal Gessi Esteves Ramos funcionará em tempo integral.

2- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação tem por objetivo a formação de Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios para manutenção das escolas, Cemeis, Nace, Secretaria de Educação e Casa da Cultura do Município de Bom Jesus – GO.

2.2 - A contratação de gêneros alimentícios é medida essencial para garantir o atendimento contínuo das necessidades das unidades vinculadas a este órgão, especialmente no que se refere ao fornecimento regular de refeições aos usuários/estudantes, em consonância com as diretrizes de alimentação adequada, saudável e de qualidade.

2.3 - A demanda por tais produtos é permanente e imprescindível ao desenvolvimento das atividades institucionais, não sendo possível a interrupção de seu fornecimento sem prejuízos à prestação do serviço público. Tais gêneros são utilizados diariamente na preparação de refeições, o que exige produtos frescos, variados e dentro dos padrões sanitários e nutricionais exigidos pelas normas vigentes. Do ponto de vista legal, a contratação fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 (ou legislação aplicável).

2.4 - A adoção do procedimento licitatório/Registro de Preços é adequada, considerando a necessidade de aquisição rotineira e a variação na demanda ao longo do período. Além disso, a contratação possibilitará o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), quando aplicável, bem como às exigências nutricionais e sanitárias definidas pelos órgãos competentes, garantindo alimentos seguros, de qualidade e suficientes para suprir as necessidades da comunidade atendida. Dessa forma, resta devidamente fundamentada a contratação dos gêneros alimentícios, visando assegurar a continuidade, regularidade, eficiência e qualidade do serviço prestado à população beneficiada, a adoção do sistema de registro de preços, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1- A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de empresa(s) no fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, conforme demanda apresentada pela Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus – GO.

3.2 - A opção pelo SRP justifica-se pela natureza imprevisível, variável e contínua da demanda, considerando que:

3.3 - A solução proposta consiste na aquisição e no fornecimento contínuo de gêneros alimentícios destinados às unidades escolares da rede de ensino, com o objetivo de garantir a execução adequada do Programa de Alimentação Escolar e assegurar refeições nutritivas, equilibradas e seguras aos estudantes ao longo do ano letivo.

3.4 - A solução contempla a seleção de fornecedores aptos a fornecer produtos de qualidade comprovada, dentro dos padrões sanitários exigidos pela legislação vigente, e em conformidade com as especificações nutricionais definidas pelos nutricionistas responsáveis. Os itens a serem adquiridos abrangem alimentos perecíveis e não perecíveis, tais como: cereais, hortifrutigranjeiros, proteínas, laticínios, enlatados, grãos, temperos e demais produtos necessários à composição dos cardápios escolares.

3.5 - O atendimento às escolas deverá ocorrer de forma regular, conforme cronograma e quantidades estabelecidos pela gestão da alimentação escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso diário às refeições previstas. A contratação também considera as variações de demanda ao longo do ano letivo,

permitindo reposições programadas e fornecimentos em tempos adequados, de forma a evitar desabastecimento ou desperdícios. A solução como um todo visa:

- **Assegurar continuidade e qualidade na alimentação escolar;**
- **Garantir produtos dentro dos padrões de segurança alimentar e nutricional;**
- **Atender às diretrizes do PNAE e demais normativas aplicáveis;**
- **Promover eficiência logística na entrega dos itens às unidades escolares;**
- **Otimizar recursos públicos, assegurando a melhor relação entre custo, qualidade e regularidade.**

3.6. A solução está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, sendo compatível com o planejamento anual da instituição e o uso racional de seus recursos logísticos, humanos e orçamentários. Assim, a presente solução atende plenamente às necessidades operacionais da rede de ensino, garantindo condições adequadas para o fornecimento de refeições saudáveis e essenciais ao desenvolvimento dos estudantes.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O requisito básico para Contratação da Empresa é que ela seja qualificada, e que conste o ramo de atividade no contrato social, seja licenciada e autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer os materiais de construção, ferramentas e equipamentos conforme especificado no termo de referência.

4.2 - Os itens a serem adquiridos devem possuir qualidade mínima conforme especificação técnica de cada um, garantindo a qualidade mínima dos gêneros.

4.3 - A empresa fornecedora contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens que porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações solicitadas.

4.4 - Na substituição dos itens entregues defeituosos ou não compatíveis, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Secretaria Municipal de Educação, sem custo adicional para a Contratante.

4.5 - A empresa deverá adotar todos os requisitos e práticas necessárias no fornecimento dos itens e estarem dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio dos produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

4.6 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 – CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.1.1 - Os itens da licitação constante deste edital deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Educação, após a emissão da ordem de fornecimento, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

5.1.2 - A Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus-GO reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações.

5.1.3 - **Os produtos serão requisitados de forma parcelada e/ou diária,** de acordo com as necessidades de cada instituição de ensino de Bom Jesus-GO, e sua secretaria.

5.1.4 - Os prazos poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Educação.

5.1.6 – Os gêneros de alimentação a serem fornecidas deverão ser entregues devidamente embaladas e identificadas, pelo código, especificação e valor do desconto, em conformidade com a Ordem de Compra e Nota de Empenho.

5.1.7 - Em casos excepcionais, mediante solicitação da parte interessada, o prazo de entrega do objeto poderá ser dilatado ou reduzido, a critério exclusivo do Órgão Solicitante e com o devido parecer de anuência da Fiscalização da Ata de Registro de Preços e Recebimento.

5.1.8 - Todos os produtos fornecidos serão conferidos no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade dos mesmos não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

5.1.9 - O(s) produto(s) objeto deste edital deverá(ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal (is) eletrônicas distintas, ou seja, de acordo com a Autorização de Entrega/Compras, constando o número da mesma, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais;

5.1.10 - O recebimento definitivo do objeto deste Edital, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos;

5.1.11 - As aquisições decorrentes deste Pregão serão formalizadas pela assinatura do documento hábil entre a licitante vencedora e a Secretaria Requisitante. A licitante vencedora será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.12 - **A entrega do(s) produto(s) será parcelada e/ou diária de acordo com a solicitação do Departamento;**

5.1.13 - Trocar a suas expensas, a mercadoria/peça que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

5.1.14 - Repor a(s) produto(s) que apresentar(em) defeito, independentemente de sua aceitação; por divergência não adequada serão aplicadas às sanções previstas neste edital e legislação vigente.

5.1.15 - O recebimento dos produtos será efetuado pelo responsável e fiscal da Ata de Registro de Preços, que poderão solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos mesmos, ou até mesmo substituí-los por outros novos, no prazo máximo definido em edital, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

5.1.16 - Todos os produtos deverão ser de primeira qualidade, atender a especificação solicitada, atender às legislações para comercialização, atenderem ao prazo de validade conforme as descrições contidas no termo de referência para cada item, respeitando as especificidades de cada produto.

5.1.17 - Quando o produto ofertado for considerado de qualidade ruim, que não atenda ao desempenho e qualidade esperados e desejados pela Educação, poderá ser cancelado mesmo após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.1.18 - Os produtos deverão ser fornecidos em estrita observância a este Termo de Referência, e de acordo com a autorização de compras expedida pela Secretaria de Educação;

5.1.19 - A entrega dos produtos deverá efetivar-se em na Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus-GO, localizado na Rua. JK , nº 40. Qd. 55, Lotes 07 ao 10, Bairro Manoel Vicente Rosa, Bom Jesus –GO, ou em outro local indicado pela Secretaria solicitante.

5.1.20 - O prazo para começar a entregar os produtos será logo após a assinatura do ato contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas no ato convocatório.

5.1.21 - O fornecimento será parcelado, em quantidades variáveis, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, no local indicado pela Secretaria de Educação por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE em no máximo 2 (dois) dias, contados imediatamente após o recebimento da solicitação respectiva e de acordo com esta, a qual será ser expedida por agente designado para tal finalidade pela Contratante e destinada à Contratada.

5.1.22 - Não serão aceitos produtos violados, fora da embalagem original, similares ao contido no orçamento do licitante vencedor, remanufaturados ou que estejam em desacordo com as especificações contidas no processo de licitação.

5.1.23 - Os quantitativos são estimados para 12 (doze) meses, podendo solicitar à quantidade que necessitar a qualquer momento.

5.1.24 - A empresa vencedora deverá entregar qualquer quantidade solicitada, não podendo, portanto, estipular cotas mínimas ou máximas para remessa dos produtos.

6- MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7- O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8- O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.21 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7- CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1 - ACEITAÇÃO DO OBJETO:

7.1.1 - Para fornecimento dos produtos registrados neste Pregão será celebrado o Contrato e/ou Nota de Empenho e ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração.

7.1.2 - A administração poderá ordenar a remoção e/ou substituição de qualquer produto que estiver em desacordo com o Edital.

7.1.3 - Os produtos de que trata o presente Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade, e a consequente aceitação.

7.1.4 - Ocorrendo rejeição dos produtos por não se enquadrarem nas especificações estipuladas, ou por apresentarem defeitos ou danos em geral, o Contratado deverá fornecê-los novamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data em que for comunicada a rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de incorrer nas sanções cominadas em lei e neste Edital.

7.1.5 - A Administração Pública poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a proposta ou com o Edital, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

7.2 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.2.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3 - O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Secretaria de Educação, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

7.2.7 - Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.3.1- O CONTRATADO deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, correspondente a entrega dos itens recebidos, que será atestada pelo Secretário ou servidor expressamente designado.

7.3.2- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir do dia seguinte do recebimento da Nota Fiscal.

7.3.3- A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao sistema de cadastro de fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

7.3.4- No caso de incorreção nos documentos apresentado, inclusive na nota fiscal, serão devolvidos a Contratada para as correções necessárias, não respondendo Contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da Contratada.

7.3.5- Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (se for o caso).

7.36- Não serão efetuados, em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários.

7.37- O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos, etc., devidos pela licitante vencedora, previstos em lei ou nos termos do contrato.

7.3.7- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.8 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.9 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos contribuições abrangidas por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.10 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.11 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.12 - Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.13 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.14 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.2 - Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos mínimo quanto à:

8.1.2.1- Habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo ou contrato social, acompanhado da documentação pessoal dos sócios;

8.1.2.2- Regularidade Fiscal

a) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Municipal;

b) Comprovação de Regularidade com a Fazenda Estadual;

c) Comprovação de Regularidade com a Receita Federal.

d) Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.1.2.3 - Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.1.2.4- Qualificação Técnica

a) Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu satisfatoriamente os itens compatíveis com o objeto da licitação.

9- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1- A contratada obriga-se a:

9.1.1 - Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Secretaria de Educação, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, junto com a respectiva nota fiscal constando detalhadamente de acordo com o produto ofertado as indicações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

9.1.2- Assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação para sua formalização pela Contratante;

9.1.3– Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega dos itens de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

9.1.4– O dever previsto no item anterior implica na obrigação de substituir no prazo máximo 2 (dois) dias.

- 9.1.5- **Manter**, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 9.1.6- Comunicar a Secretaria de Educação, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data prevista para a entrega; os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.1.7- Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria de Educação; inerentes ao objeto da presente licitação;
- 9.1.8 - Realizar o fornecimento dos produtos de acordo com este Termo de Referência, observando as quantidades e garantindo a qualidade do produto e regularidade do fornecimento;
- 9.1.9 - Responsabilizar-se por todos os ônus referentes à execução dos serviços, incluindo impostos, empregados e todas as despesas, diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, enquanto perdurar a vigência do contrato, sem qualquer ônus à contratante;
- 9.1.10 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações deste contrato sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, e nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 9.1.11 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;
- 9.1.12 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência, imprudência ou a imperícia profissional, durante a execução dos serviços.
- 9.1.13 - Cumprir as exigências, no que concerne a apresentação das certidões negativas de débitos tributários e fiscais (CARTÃO DO CNPJ, CND FGTS, CND INSS, CND TRABALHISTA, CND DIVIDA ATIVA DA UNIÃO, CND ESTADUAL, CND MUNICIPAL) para fins de pagamento.
- 9.1.14 - Apresentar Nota Fiscal/fatura no Depto. Compras/Financeiro, discriminando os tipos dos materiais fornecidos, bem como os quantitativos e seus respectivos valores conforme constam discriminados no contrato de fornecimento dos produtos.
- 9.1.15 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.16 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do contrato.
- 9.1.17 - Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas.

10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A contratante obriga-se a:

- 10.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 10.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de Referência.
- 10.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 10.1.5 Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 10.1.6 A Secretaria de Educação não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contrato com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência do ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.2 - Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784 de 1999, a Administração Pública poderá, sem a previa manifestação do interessado, motivadamente, adotar providencias acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1- A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

13- DAS PENALIDADES

13.1- No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a administração, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

13.1.1 - Advertência.

13.1.2 - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

13.1.3 - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.1.4 - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2 - Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre valor total do quantitativo, subtraído o que foi executado.

13.3 - Não havendo mais interesse da Prefeitura na execução parcial ou total do contrato, em razão do descumprimento pelo contratado de qualquer das condições estabelecidas para aquisição do objeto deste certame, implicará multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o total do quantitativo.

13.4 - O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA.

13.5 - As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

13.6 - Sempre que não houver prejuízo para a prefeitura, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

13.7 - A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com o MUNICÍPIO de Bom Jesus pelo prazo de até 02 anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital.

13.8 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do contratado, na forma da lei.

14 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária arcada com recursos municipais, e em dotação própria do município, prevista para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

14.2 Por se tratar de aquisição de alimentos, os recursos financeiros, para fazer face às despesas da contratação, correrão por conta desta secretaria, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e notas de empenhos, observada as condições estabelecidas no processo licitatório, os recursos para contratação serão provenientes:

	Ficha	Dotação	Fonte	Valor estimado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	628	Manutenção da Secretaria de Educação 20260628.17.1701.12.361.0052.2104.339030.101	101	R\$ 179.850,00
	621	Manutenção da merenda escolar - PNAE 20260621.17.1701.12.306.0251.2036.339030.115	115	R\$ 152.654,00
	677	Manutenção de creches 20260677.17.1701.12.365.0122.2020.339030.101	101	R\$ 168.309,00
	817	Manutenção do Ensino Fundamental 20260653.17.1701.12.361.0403.2040.339030.101	101	R\$ 1.288.997,50
Valor total:				R\$ 1.789.810,50

15- INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

15.1- O Edital do presente certame estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, situada na Praça Sebastião Antônio de Oliveira, nº 33, Centro, ou ainda no sítio eletrônico www.bomjesus.go.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone nº (64) 3608-8903.

Bom Jesus-GO, 09 de janeiro de 2026.

ELIENE MIRANDA DA HORA
Secretária Municipal de Educação

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

INFORMAR OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA EM PAPEL TIMBRADO (NA PROPOSTA FÍSICA)

Obs: Adverte-se que a simples apresentação da Proposta Eletrônica será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame, ou de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que atende a todos os itens descritos e exigidos nos Anexos I TERMO DE REFERÊNCIA.

ITEM	QTDE	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	UN.MEDIDA	VL.UNIT.	VL.TOTAL
1						
2						
TOTAL GERAL						

- a) Da execução/fornecimento: conforme disposto nos Anexos I – Termo de Referência.
- b) Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____.
- c) Prazo de pagamento: de até 30 (trinta) dias, contados da data do aceite da nota fiscal pela secretaria requisitante.
- d) Da vigência da ARP: 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil da disponibilização do Registro dos Preços no site do PNCP.

Declaro, sob as penas da lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas por esta licitação, bem como dos itens de detalhamento do Anexo I - Termo de Referência

Declaro ainda, que os preços acima indicados contemplam todos os custos operacionais da atividade e os tributos eventualmente incidentes, bem como as despesas diretas e indiretas, inclusive o transporte e mão de obra necessários à entrega, fornecimento e/ou instalação deste objeto.

Nome do representante legal da empresa que assinará e será responsável pelo instrumento: _____.

CPF: _____ RG: _____.

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____.

e-mail pessoal: _____.

e-mail profissional: _____.

Data de nascimento do responsável: _____.

Dados bancários:

Nome do Banco: _____ Nº do Banco: _____

Agência: _____ c/c: _____

Assinatura: _____

Nome do responsável: _____

R.G.: _____

C.P.F.: _____

(assinatura do representante)

Cidade, data e dados do representante

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA:**

- 1) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensão ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) Que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art.5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 9) Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório

(local do estabelecimento), de 2026.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO IV
MODELO DE CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO

Observação: o documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.

Cadastro do Responsável pela Assinatura da Ata de Registro

Pregão Eletrônico nº xxx/xxx – Processo nº xxxxxxxxxxxx

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS E NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; CEMEIS, ESCOLAS PÚBLICAS, NACE E CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE GOIAS-GO.

Órgão Gerenciador: Município de Bom Jesus de Goiás-GO

Empresa:

Nome:

Cargo:

RG:

CFP:

Data de Nascimento:

Endereço Residencial Completo¹: Endereço

Comercial Completo²: Telefones/DDD:

E-mail Institucional:

E-mail Pessoal:

ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º...../2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026000382

ATA DE REGISTRO QUE CELEBRAM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-GO E A EMPRESA.....

Aos (.....) dias do mês de 2026, nesta cidade de Bom Jesus de Goiás-GO, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Sebastião Antônio de Oliveira nº 33, centro- Bom Jesus de Goiás-GO - SP, inscrita no CNPJ sob n.º 50.727.113/0001-61, neste ato representada pela Secretária de educação a Sra. ELIENE MIRANDA DA HORA SOUSA,, considerando o julgamento do PREGÃO na forma ELETRÔNICA para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2026, e a respectiva homologação do Processo nº 2026000382, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o registro de preço para a contratação de empresa especializada para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA ATENDER AS DEMANDAS E NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; CEMEIS, ESCOLAS PÚBLICAS, NACE E CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DE GOIAS-GO**, pelo período de 12 meses, conforme Anexo I – Termo de Referência, e nas especificações e condições que trata o Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2026, os quais fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços e do Contrato ou Pedido de Compra (empenho) decorrente desta, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as quantidades de cada item, são as que seguem:

ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
TOTAL GERAL:					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata e a ordem obedece ao previsto no inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462, de 2023, utilizado aqui por analogia.

2.3. Data referência da pesquisa de preços: XX/XX/XXXX

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta por outros Municípios.

3.2. *Vedação a acréscimo de quantitativos* 3.2.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato ou outro documento análogo decorrente desta ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento análogo deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra, pedido ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.5. Na hipótese de recusa ou impedimento de fornecimento dos itens registrados ao fornecedor detentor do registro de preços, a administração, resguardada a apuração de responsabilidade e aplicação de sanção, poderá:

4.5.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

5.1.3. É vedado o reajuste/repactuação dos preços registrados na presente Ata. 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do registro e de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto em edital, nesta ata de registro de preços e na legislação aplicável.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro, e as que constarão nos pedidos de compra ou contratos decorrentes.

7.2. Havendo atraso nos pagamentos devidos por este município, que não sejam decorrentes de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, aplicar-se-á correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável (nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/1986), bem como juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor e de seus preços registrados será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, nas hipóteses previstas em edital nesta ata e na legislação aplicável; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta ata será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos previstos na legislação aplicável e nesta ata de registro de preços.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços e dos Contratos ou instrumentos análogos oriundos dela ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, no aviso de contratação direta ou nesta ARP.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não assinem a ARP ou não honrem o compromisso assumido, injustificadamente, após terem assinado a ata.

9.2. É da competência da Secretaria gerenciadora comunicar à Secretaria de Compras e Licitações quanto à intenção de abertura de processo para apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

9.2.1. Caberá à Secretaria participante ou utilizadora dos produtos ou serviços decorrentes do registro, informar à gerenciadora qualquer ocorrência que enseje a necessidade de instauração de procedimento para apuração de descumprimento das responsabilidades previstas nesta ARP e nos contratos dela decorrentes, para realização dos trâmites constantes no item 9.2.

9.3. Em observação aos itens anteriores pontua-se que comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o detentor do registro ou contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao detentor do registro ou ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- 1. Moratória de 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o máximo de 10% (dez por cento), após o 15º e até o 30º dia de atraso. Após esse período, poderão ser aplicadas outras sanções, iniciando-se pela disposta no subitem 7 deste.

2.1 Observa-se que o atraso superior a 15 quinze dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato, concomitante com a aplicação das demais penalidades cabíveis, por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 9.4, de 1% a 30% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 9.4, de 1% a 30% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 9.4, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 9.4, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 9.4, a multa será de 1% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

a) Quando se tratar de inexecução parcial acompanhada de justificativa aceita pela Administração, desde que não comprometa o interesse público ou a imponha risco à vida ou a serviços essenciais.

9.5. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município de Bom Jesus de Goiás-GO (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Município de Bom Jesus de Goiás-GO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Detentor do Registro ou ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Registro de Preços ou no Contrato, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12. Os débitos do contratado para com o Município de Bom Jesus de Goiás-GO, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com esta municipalidade, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9.13. Para fins do disposto nesta cláusula e para que produza os efeitos esperados, considera-se Contrato o próprio instrumento contratual, pedidos, ordens de compra ou de fornecimento,

notas de empenho ou outro documento legalmente admitido que lhe faça às vezes, assim como o entendimento de que Contratado é a Pessoa Jurídica a quem compete a entrega ou prestação de serviço decorrente da ARP.

10. PUBLICAÇÃO

10.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus de Goiás-GO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços ou dos contratos e instrumentos análogos dela oriundos, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei no 14.133/21.

12. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

12.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

12.3 As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

12.4 Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato ou instrumento análogo, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.

12.5 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

12.6 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas

de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos nesta Ata e no Termo de Referência do respectivo edital.

13.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas adiante identificadas.

Bom Jesus de Goiás-GO, dede xxxx.

PELA PREFEITURA

Nome:

Cargo:

PELA CONTRATADA

Nome: _____

Cargo: _____

TESTEMUNHAS:

1 _____

Nome

CPF

2 _____

Nome

CPF